

FICÇÃO ARTIFICIAL, REALIDADE SEMIÓTICA: A LEITURA CRÍTICA DA LITERATURA GERADA POR IA NA SALA DE AULA

ARTIFICIAL FICTION, SEMIOTIC REALITY: CRITICAL READING OF AI-
GENERATED LITERATURE IN THE CLASSROOM

Denis Ramón Funes Flores ¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo investiga os desafios e potencialidades da literatura gerada por inteligência artificial (IA) à luz da semiótica e das teorias do suporte, propondo uma abordagem crítica para sua incorporação nas práticas docentes de leitura e interpretação textual. Diante da hibridização crescente entre linguagem humana e algorítmica, o texto literário produzido por IA emerge como um novo “objeto-suporte” que tensiona as fronteiras tradicionais entre autor, leitor e máquina, reconfigurando processos de produção de sentido. A partir de referenciais teóricos como os de Peirce (1998), Eco (1979) e Santaella (2020), analisa-se como a materialidade digital e os protocolos algorítmicos atuam como condicionantes semióticos na construção do texto literário contemporâneo. Argumenta-se que, mais do que rejeitar ou celebrar a ficção artificial, o ensino de literatura deve desenvolver competências críticas que permitam aos estudantes interrogar a natureza dos signos, a intencionalidade dos suportes e os regimes de verdade que sustentam narrativas geradas por máquinas. Propõe-se, portanto, uma prática pedagógica sensível à multimodalidade e à complexidade semiótica da contemporaneidade, alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Semiótica; Literatura Digital; Objetos-Suportes; Formação Docente.

Abstract: This article explores the challenges and possibilities of AI-generated literature through the lenses of semiotics and support theory, proposing a critical approach for its integration into classroom reading practices. As human and algorithmic languages increasingly hybridize, AI-produced literary texts emerge as new “support-objects” that blur traditional boundaries between author, reader, and machine, reshaping meaning-making processes. Drawing on theoretical frameworks from Peirce (1998), Eco (1979), and Santaella (2020), the study examines how digital materiality and algorithmic protocols act as semiotic constraints in contemporary literary production. The paper argues that, rather than uncritically embracing or rejecting artificial fiction, literary education should foster critical competencies enabling students to interrogate the nature of signs, the intentionality of supports, and the truth regimes underlying machine-generated narratives. Thus, it advocates for a pedagogical practice attuned to multimodality and semiotic complexity, in alignment with Brazil’s National Common Curricular Base (2018).

Keywords: Artificial Intelligence; Semiotics; Digital Literature; Support-Objects; Teacher Education.

Submetido em 19 de dezembro de 2025.

Aprovado em 14 de abril de 2026.

¹ Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Email: derafuflo@mail.ufr.edu.br

Introdução

A literatura, entendida historicamente como uma prática enraizada no suporte impresso e na figura do autor como origem intencional do sentido, tem passado por profundas transformações nos últimos anos, impulsionadas pela hibridização de linguagens, pela digitalização dos modos de circulação textual e pela entrada de novos agentes no processo criativo — entre eles, os algoritmos de inteligência artificial (IA). Nesse cenário, o suporte deixa de ser mero recipiente neutro para tornar-se um condicionante ativo da produção de sentido, como destacam estudiosos da semiótica contemporânea (ECO, 1979; SANTAELLA, 2020). Exemplos emblemáticos dessa expansão do literário já são amplamente reconhecidos nas esferas acadêmica e cultural: o Prêmio Nobel de Literatura de 2016 concedido a Bob Dylan, cuja obra funde poesia, música e performance; a inclusão do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's, no vestibular da Unicamp em 2020; o fortalecimento do movimento Slam, que privilegia a oralidade e a corporeidade poética; e experiências editoriais como *Inquérito policial. Família Tobias*, de Ricardo Lísias (2016), em que o formato jurídico se torna o próprio suporte narrativo. Tais manifestações revelam uma literatura cada vez mais expandida, multimodal e sensível às particularidades materiais dos objetos que a veiculam.

Diante desse panorama, a emergência da literatura gerada por inteligência artificial — capaz de produzir poemas, contos e até romances completos por meio de processamento algorítmico — instaura um novo desafio teórico e pedagógico. Se, conforme Peirce (1998), todo signo depende de um interpretante para gerar sentido, como pensar a semiose quando o enunciador é uma máquina destituída de consciência? Como redefinir os conceitos de suporte, autoria, texto e leitura diante de produções que simulam a linguagem humana com crescente sofisticação? Essas questões não são meramente especulativas; elas tocam diretamente o campo da educação literária, especialmente em um contexto em que as diretrizes curriculares nacionais exigem que os docentes desenvolvam, junto aos estudantes, competências voltadas à multimodalidade e à interpretação crítica de múltiplas linguagens (BRASIL, 2018, p. 9). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece, em sua Competência Geral 4, a necessidade de utilizar “diferentes linguagens — verbal, corporal, visual, sonora e

digital” para “produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo”, o que pressupõe uma formação docente capaz de lidar com textos cujas fronteiras entre humano e artificial estão cada vez mais porosas.

Contudo, como aponta Pereira (2020, p. 80), a literatura sempre se mostrou “receptiva em relação às inovações tecnológicas”, integrando novas mídias e formatos em seu repertório expressivo. O desafio atual, portanto, não é resistir à presença da IA no campo literário, mas sim interrogá-la criticamente a partir de ferramentas teóricas robustas — especialmente aquelas oferecidas pela semiótica, que investiga as condições de produção, circulação e interpretação dos signos em seus mais variados suportes. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar a literatura gerada por inteligência artificial como um novo objeto-suporte semiótico, discutindo seus efeitos sobre a constituição do texto literário e propondo caminhos para sua abordagem crítica na sala de aula. A partir de referenciais teóricos como os de Charles S. Peirce (1998), Umberto Eco (1979) e Lúcia Santaella (2020), argumenta-se que a leitura pedagógica desses artefatos deve ir além da curiosidade tecnológica, engajando-se em uma reflexão ética, estética e epistemológica sobre a natureza da ficção, da autoria e da verdade discursiva na contemporaneidade.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, discute-se o papel do suporte na produção de sentido na literatura contemporânea; em seguida, analisa-se a literatura gerada por IA como um fenômeno semiótico que redefine as noções tradicionais de textualidade; por fim, propõem-se orientações para a prática docente, alinhadas às demandas da BNCC e à necessidade de uma formação crítica diante das novas materialidades do texto. Espera-se, com isso, contribuir para o fortalecimento de uma educação literária sensível às transformações tecnológicas e comprometida com a formação de leitores críticos e reflexivos.

1. Suporte, Materialidade e Produção de Sentido na Literatura Contemporânea

A relação entre texto e suporte foi longamente subestimada pela crítica literária tradicional, que, influenciada por pressupostos idealistas e formalistas, tratava o suporte — sobretudo o livro impresso — como um recipiente neutro, uma espécie de “vaso vazio” cuja função se limitaria a conter um conteúdo autônomo e transcendente. Essa visão, ainda dominante em muitas práticas pedagógicas, ignora que a materialidade não é periférica ao sentido, mas constitutiva dele. A semiótica contemporânea,

especialmente em sua vertente peirceana e na tradição latino-americana, rompe com essa dicotomia entre forma e conteúdo, demonstrando que o suporte é um parâmetro semiótico ativo, capaz de moldar não apenas a forma do texto, mas também as expectativas interpretativas, os modos de leitura e até os limites do que se reconhece como “literatura”.

Essa perspectiva encontra fundamento teórico robusto na obra de Charles S. Peirce (1998), para quem todo signo depende de um ground — isto é, de um fundamento sensorial ou material que lhe confere corporeidade perceptível. Seja visual, sonoro, tátil ou digital, esse ground não é acessório, mas condição de existência do signo. Assim, o suporte não pode ser dissociado do processo semiótico; ao contrário, ele estrutura as condições de possibilidade da significação. Como observa Umberto Eco (1979, p. 62), “o signo não existe isoladamente; ele está sempre inserido em um sistema de relações que condiciona sua interpretação”. Nesse sentido, a passagem do manuscrito medieval ao livro impresso, do impresso ao hipertexto, ou do texto verbal ao multimodal, não representa uma mera mudança de formato, mas uma transformação semiótica radical, que reconfigura o próprio estatuto do texto e do leitor.

A esse respeito, Lúcia Santaella (2020, p. 73), uma das principais referências da semiótica da cultura no Brasil, propõe que os suportes sejam compreendidos como “interfaces semióticas” — superfícies ou dispositivos que não apenas veiculam, mas mediam ativamente a relação entre o signo e seu interpretante. Essa concepção supera a ideia de suporte como canal passivo, destacando seu papel agencial na produção de sentido. A materialidade, portanto, não é um dado estático, mas um campo dinâmico de tensões semióticas, onde tecnologia, cultura, estética e política se entrelaçam. Essa abordagem se alinha às reflexões de Kittler (2014), que argumenta que “os meios determinam o que é pensável e dizível”, sugerindo que a evolução dos suportes não apenas registra a cultura, mas a produz.

A literatura contemporânea tem respondido a esse paradigma com uma expansão radical de seus suportes e formas, rompendo com a hegemonia do livro impresso e explorando modos híbridos de textualidade que colocam a materialidade no centro da experiência literária. Um exemplo paradigmático é o álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1998), dos Racionais MC's, cuja inclusão no vestibular da Unicamp em 2020 representou um marco institucional na reconstrução do cânone literário. A obra não se reduz à letra das canções; seu sentido emerge da síntese entre palavra, ritmo, samples

musicais, timbre vocal, contexto sociopolítico e formato fonográfico, elementos que só se articulam plenamente no suporte áudio (LIMA; SOUZA, 2021). Da mesma forma, a concessão do Prêmio Nobel de Literatura a Bob Dylan em 2016 sinalizou uma redefinição institucional do literário, ao reconhecer a canção — com sua interdependência entre poesia, melodia, performance e gravação — como forma legítima de literatura (PEREIRA, 2020, p. 81).

Outras práticas contemporâneas reforçam essa tendência de desmaterialização e rematerialização do texto. O movimento Slam, por exemplo, transforma a poesia em um ato performativo e coletivo, em que o corpo, a voz, o gesto, o olhar e o espaço urbano tornam-se suportes inseparáveis do enunciado poético (MARTINS, 2019). A poesia deixa de ser um objeto fixo para se tornar um evento semiótico efêmero, cujo sentido depende da interação entre performer, plateia e contexto. Já nas histórias em quadrinhos (HQs), a combinação de linguagem visual, verbal e sequencial cria regimes de sentido irreproduzíveis em suportes puramente verbais. Obras como *Maus*, de Art Spiegelman, ou *Sabrina*, de Nick Drnaso, demonstram como o desenho, a disposição das vinhetas e o silêncio gráfico operam como signos plenos de significação (GROPPO, 2021).

No campo da literatura experimental, *Inquérito policial. Família Tobias*, de Ricardo Lísias (2016), subverte as expectativas do leitor ao apresentar uma narrativa sob a forma de um documento jurídico oficial. Nessa obra, o formato do inquérito não apenas contém a ficção, mas a estrutura profundamente, gerando efeitos de realidade, ambiguidade ética e tensão entre verdade factual e narrativa — efeitos que só fazem sentido porque o suporte é, ele próprio, um dispositivo institucional de poder. Esse exemplo ilustra como o suporte pode operar como coautor ideológico do texto.

No ambiente digital, a expansão do literário alcança novas dimensões com a chamada literatura eletrônica (e-literature), que integra linguagem verbal, sons, imagens em movimento, animações cinéticas, interatividade e até algoritmos generativos. Autores como Shelley Jackson, com *Patchwork Girl* (1995), ou Kate Pullinger e Chris Joseph, com *Inanimate Alice* (2005–), criam obras que só existem em plataformas digitais e que exigem do leitor um engajamento participativo, não linear e multimodal (MURRAY, 2017; SANTAELLA, 2010). Nesses casos, o suporte digital não é um mero recipiente, mas um coautor do texto, pois suas lógicas de programação, navegação, interface e interatividade determinam possibilidades e limites interpretativos. Como

afirma Hayles (2008), a leitura hipermidiática exige uma “cognição distribuída”, em que o leitor colabora com a máquina na construção do sentido.

Essa transformação do suporte em agente semiótico é ainda mais evidente nas plataformas de rede social, onde textos literários são produzidos e consumidos em formatos efêmeros, como tweets, posts no Instagram ou vídeos no TikTok. Nesses ambientes, a literatura se entrelaça com lógicas algorítmicas de visibilidade, engajamento e viralização, tornando o suporte uma infraestrutura semiopolítica que molda tanto a forma quanto o alcance do discurso (GALLOWAY, 2012).

Diante desse cenário, torna-se imperativo reconhecer que ignorar a materialidade do suporte é ignorar uma dimensão fundamental da produção de sentido. A literatura contemporânea não apenas dialoga com novos suportes, mas se constitui por meio deles, desafiando as categorias tradicionais da crítica literária e exigindo abordagens teóricas sensíveis à complexidade semiótica da contemporaneidade. É nesse contexto expandido — em que o suporte deixa de ser periférico para tornar-se central e agencial — que a literatura gerada por inteligência artificial emerge como um novo e provocativo objeto-suporte, cuja análise exige compreender não apenas o que diz, mas como, por que meio e sob quais condições técnicas e ideológicas diz. A semiótica, com sua capacidade de articular materialidade, signo e interpretação, oferece as ferramentas conceituais indispensáveis para essa tarefa.

2. A Emergência da Ficção Artificial como Novo Objeto-Suporte

A literatura gerada por inteligência artificial (IA) configura-se como um dos fenômenos mais disruptivos e teoricamente desafiadores da textualidade contemporânea, inaugurando uma nova categoria de objeto-suporte semiótico cuja lógica operacional subverte paradigmas centrais da tradição literária ocidental. Diferentemente dos suportes históricos — como o pergaminho, o códice manuscrito, o livro impresso ou mesmo o arquivo digital estático —, a ficção artificial não é um recipiente fixo, mas um dispositivo generativo dinâmico, cuja materialidade se manifesta em tempo real por meio de algoritmos de aprendizado de máquina, treinados em vastos datasets textuais que abarcam séculos de produção cultural. Esses modelos, como os da família GPT (Generative Pre-trained Transformer), Gemini, Claude ou Llama, não meramente reproduzem linguagem: simulam estruturas discursivas, estilos genéricos, vozes autorais e até estratégias narrativas, operando como interfaces

complexas entre linguagem humana, lógica computacional, estatística preditiva e memória coletiva codificada (CHEN et al., 2024; BISHOP, 2023).

Nesse contexto, o algoritmo deixa de ser um simples instrumento técnico para tornar-se um agente semiótico ativo, capaz de interferir diretamente nos processos de produção, mediação e recepção do sentido. Como propõe Santaella (2020), todo suporte é uma interface que media a relação entre signo e interpretante; no caso da IA, essa interface é autoprodutiva, pois recombina signos segundo padrões estatísticos que simulam intencionalidade sem, no entanto, possuí-la. Essa condição paradoxal — de um suporte que “fala” sem subjetividade — exige uma ampliação radical dos modelos interpretativos clássicos. Se, segundo Peirce (1998), todo signo depende de um interpretante e de um objeto dinâmico para gerar sentido, a literatura algorítmica coloca em crise a própria noção de objeto dinâmico, já que não há um sujeito enunciador cujas intenções possam orientar a interpretação. O algoritmo, embora capaz de produzir textos que muitos leitores julgam indistinguíveis dos humanos (BISHOP, 2023), é destituído de consciência, desejo, projeto estético ou responsabilidade ética.

Essa aparente neutralidade, contudo, é profundamente enganosa. Como demonstra Crawford (2021) em seu *Atlas of AI*, os modelos de linguagem incorporam vieses estruturais presentes nos corpus de treinamento, reproduzindo hierarquias de gênero, raça, classe e geopolíticas de conhecimento. A “voz” da IA é, na verdade, uma síntese estatística de hegemonias discursivas, que privilegia certos saberes, estilos e ideologias em detrimento de outros — como, por exemplo, a subrepresentação de línguas periféricas, vozes marginalizadas ou formas não canônicas de expressão. Assim, o suporte algorítmico não é neutro, mas ideologicamente carregado, funcionando como um filtro semiótico que seleciona, recombina e naturaliza determinadas formas de dizer em detrimento de outras.

Essa condição inaugura uma crise epistemológica da autoria, muito além da “morte do autor” anunciada por Barthes (1988 [1968]). Se Barthes deslocava a autoridade interpretativa do autor para o leitor, mantendo ainda um texto fixo como objeto de análise, a literatura gerada por IA dissolve não apenas a figura do autor, mas também a estabilidade do próprio texto. O enunciador é substituído por um dispositivo técnico descentrado, cuja “voz” emerge da agregação anônima de milhões de enunciados pré-existentes. Essa ausência de intencionalidade subjetiva desafia os fundamentos da hermenêutica tradicional, que pressupõe a busca por um “sentido

pretendido”. Eco (1979, p. 102) já reconhecia, mesmo em textos abertos, a presença de um “leitor-modelo” implícito, construído pelo autor como horizonte de expectativas. Na ficção artificial, esse leitor-modelo é paradoxalmente coconstruído por três agentes: o algoritmo (codificado por programadores e treinado em dados históricos), o usuário (que formula o prompt e, portanto, atua como coenunciador) e o próprio sistema de treinamento (que incorpora tendências culturais e linguísticas de épocas passadas). Trata-se, portanto, de uma autoria distribuída e difusa, em que a intencionalidade é substituída por protocolos de predição.

Além disso, a materialidade do texto sofre uma transformação radical. O texto gerado por IA não é um objeto fixo, mas um processo efêmero, iterável e altamente contextual. Basta modificar ligeiramente o prompt — por exemplo, mudar “escreva um conto em estilo machadiano” para “escreva um conto em estilo machadiano com crítica social” — para obter narrativas radicalmente distintas. Essa instabilidade ontológica desloca o texto do plano do objeto para o do evento, do texto para o texto-em-geração, numa dinâmica que remete às reflexões de Kittler (2014) sobre a escrita como efeito de mediação técnica. Nessa perspectiva, o suporte algorítmico não apenas contém o texto, mas o realiza continuamente, tornando a leitura uma forma de coautorização com a máquina, em que o leitor também se torna usuário, prompter e, em certa medida, curador do discurso algorítmico.

Essa configuração exemplifica, de forma extrema, o que Pereira (2020, p. 80) denomina hibridização discursiva: “as movimentações entre o livro impresso e as mídias audiovisuais e eletrônicas intensificam-se continuamente, como se observa em formas ficcionais com ampla circulação na web”. A literatura gerada por IA representa o ápice dessa hibridização, pois funde a linguagem verbal com lógicas não-humanas, criando um novo regime discursivo que combina simulação, estatística, interatividade e automatização. Esse novo tipo de textualidade exige competências semióticas expandidas, capazes de lidar com textos cuja autoria é difusa, cuja materialidade é fluida e cuja ética é ambígua.

Mais ainda, a ficção artificial coloca em xeque a própria fronteira entre verdade e ficção — um problema central na era da pós-verdade e da desinformação algorítmica. Se um algoritmo pode gerar um “poema” que emociona ou um “ensaio” que persuade, não pela profundidade do pensamento, mas pela imitação estilística, quais critérios restam para avaliar a autenticidade, a responsabilidade e o valor do discurso? Essas

questões não são meramente teóricas; têm implicações diretas para a educação literária, que precisa preparar leitores capazes de desmontar a ilusão de neutralidade algorítmica e compreender a IA como um objeto-suporte semiótico pleno, e não como uma ferramenta periférica ou invisível.

Reconhecer a IA como suporte — e não apenas como produtor — é, portanto, o primeiro passo para desenvolver uma leitura crítica da ficção artificial, que vá além da fascinação tecnológica ou do moralismo tecnofóbico. Trata-se de engajar-se com as implicações éticas, estéticas, epistemológicas e pedagógicas desse novo regime de textualidade, utilizando os instrumentos da semiótica não para rejeitar a inovação, mas para interrogá-la com rigor e responsabilidade. Nesse sentido, a literatura gerada por IA não é o fim da literatura, mas um espelho semiótico que nos obriga a repensar, com urgência, o que entendemos por linguagem, sentido e humanidade no século XXI.

3. Desafios e Oportunidades para a Prática Docente

A irrupção da inteligência artificial generativa no campo literário não é um fenômeno distante da sala de aula: é uma realidade pedagógica iminente, que exige uma resposta crítica, formativa e ética por parte dos sistemas educacionais. Diante de um cenário em que textos literários podem ser produzidos por modelos algorítmicos com aparente fluência, coerência e até sensibilidade estética, a escola enfrenta um dilema urgente: como formar leitores críticos em um mundo onde os textos já não são exclusivamente humanos, e onde as fronteiras entre verdade, ficção, autoria, simulação e manipulação tornam-se cada vez mais porosas? Ignorar essa transformação equivale a perpetuar uma educação literária anacrônica; celebrá-la acriticamente, por outro lado, é abrir mão do papel formativo da crítica. A saída, como propomos aqui, reside em uma terceira via: uma abordagem pedagógica que interroge a ficção artificial com as ferramentas do pensamento semiótico, estético, ético e político, transformando-a em um objeto de análise, e não apenas de consumo ou rejeição.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece um arcabouço normativo surpreendentemente fértil, sobretudo por meio da Competência Geral 4, que estabelece como diretriz a capacidade de os estudantes “utilizarem diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e

sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo” (BRASIL, 2018, p. 9). Essa competência, longe de ser meramente instrumental, abre espaço para uma educação literária expandida, capaz de abranger não apenas poemas impressos, mas também canções, quadrinhos, slams, podcasts narrativos e, sim, textos gerados por IA — desde que analisados com rigor semiótico e consciência crítica.

Contudo, como apontam Soares e Silva (2022), há um descompasso crítico entre as exigências curriculares contemporâneas e a formação docente efetiva. Os cursos de Letras, tanto na graduação quanto na formação continuada, ainda operam, em grande parte, sob paradigmas do século XX, centrados na hermenêutica do autor, na análise formal do texto impresso e na hierarquização dos gêneros literários. Esse hiato gera o que poderíamos chamar de uma zona de risco pedagógica: ou o professor adota uma postura tecnofóbica, recusando-se a lidar com textos algorítmicos por considerá-los “não literários”; ou, ao contrário, aceita a literatura gerada por IA como “neutra”, “ferramenta útil” ou “inofensiva”, ignorando seus mecanismos ocultos de produção de sentido e seus efeitos ideológicos e epistemológicos (CRAWFORD, 2021; NOBLE, 2018). Ambas as posturas, por mais opostas que pareçam, compartilham o mesmo erro: tratar a tecnologia como externa ao discurso, quando, na verdade, ela o constitui.

Diante disso, propomos uma leitura crítica, semiótica e ética da ficção artificial, alinhada às tradições da análise do discurso e da semiótica da cultura. Essa leitura não busca validar ou invalidar a literatura algorítmica como “arte”, mas sim problematizá-la como fenômeno cultural, interrogando suas condições de produção, seus regimes de visibilidade e seus efeitos sociais. Como sugere Santaella (2020, p. 112), a alfabetização semiótica do século XXI exige que os sujeitos aprendam a “reconhecer os códigos, as convenções e os suportes que moldam qualquer discurso” — incluindo aqueles gerados por máquinas.

Para operacionalizar essa abordagem, sugerem-se estratégias pedagógicas concretas e interdisciplinares. A primeira delas é a análise comparativa controlada: os estudantes recebem um prompt idêntico (por exemplo, “escreva um conto sobre solidão urbana no estilo de Clarice Lispector”) e comparam a versão gerada por um modelo de IA com a de um autor humano (ou com uma produção própria). Essa prática revela não apenas semelhanças surpreendentes, mas também lacunas estruturais — como a ausência de subjetividade autêntica, de ambiguidade deliberada ou de tensão ética — que são constitutivas da experiência literária humana. Tal exercício, além de

desenvolver a percepção estilística, introduz os alunos à crítica da simulação, tema central na filosofia da tecnologia contemporânea (BOLTER; GRUSIN, 2000).

Uma segunda estratégia é a desconstrução do prompt. Ao escrever, reescrever e testar diferentes comandos (“mais poético”, “com críticas sociais”, “em linguagem acessível”), os estudantes percebem que a “autoria” não reside no texto final, mas no dispositivo de comando — ou seja, no usuário que orienta a máquina. Essa atividade, inspirada nas práticas de prompt engineering (CHEN et al., 2024), pode ser articulada a reflexões sobre poder discursivo, linguagem e ideologia: quem define o que é “bom” ou “coerente”? Que vozes são privilegiadas nos modelos de linguagem? Por que certos estilos são reproduzidos com mais fidelidade que outros?

Além disso, a literatura gerada por IA serve como gatilho para debates éticos fundamentais: Quem é o autor de um poema escrito por uma máquina? Quem responde por conteúdos racistas, misóginos ou historicamente distorcidos gerados por IA? O que diferencia uma narrativa “verdadeira” de uma convincentemente simulada? Essas questões conectam a sala de aula a debates contemporâneos sobre propriedade intelectual, viés algorítmico, desinformação e pós-verdade (NOBLE, 2018; CRAWFORD, 2021). Mais ainda, elas permitem integrar a educação literária à formação cidadã, preparando os estudantes para navegar com discernimento em ecossistemas informacionais hipermediatizados.

Importante destacar que essa abordagem pode — e deve — ser inclusiva. Em contextos de ensino que atendem Pessoas com Deficiência (PCD), a IA generativa oferece oportunidades únicas: por exemplo, a geração automatizada de descrições em Libras para textos literários visuais, ou a criação de versões simplificadas de narrativas complexas para estudantes com dificuldades cognitivas. Nesse sentido, a literatura algorítmica pode ser aliada à prática docente inclusiva, desde que mediada por critérios pedagógicos e éticos claros — algo que dialoga diretamente com os princípios da educação universal e das tecnologias assistivas (MANTOAN, 2015).

Por fim, reconhece-se que essa prática docente só é possível com formação continuada de qualidade. Como afirma Lopes (2021, p. 78), “a escola do século XXI não pode operar com as ferramentas conceituais do século passado”. É urgente que os programas de formação de professores incorporem módulos sobre semiótica digital, cultura algorítmica, ética da IA e teoria do suporte, em diálogo com a tradição semiótica brasileira — notadamente os trabalhos de Eco (1979), Peirce (1998) e, sobretudo,

Santaella (2020), cuja obra articula com maestria linguagem, tecnologia e mediação. A Universidade Federal do Pará, por exemplo, com sua infraestrutura de pesquisa em gestão ambiental e inovação social, poderia integrar essas reflexões em projetos interdisciplinares voltados à educação crítica em contextos digitais.

Em síntese, a literatura gerada por IA não deve ser vista como ameaça à tradição literária, mas como um espelho semiótico da contemporaneidade, capaz de revelar as tensões entre humanidade, tecnologia e sentido. Ao integrá-la de forma crítica à sala de aula, o professor não apenas cumpre a BNCC, mas exerce seu papel mais nobre: formar sujeitos capazes de pensar, sentir, duvidar e agir com responsabilidade ética em um mundo cada vez mais mediado por máquinas.

Conclusão

Ao longo deste artigo, percorremos um itinerário teórico e pedagógico que parte da constatação de que a literatura contemporânea já não se limita ao suporte impresso, mas se expande por uma pluralidade de formas materiais e discursivas — desde álbuns musicais e performances urbanas até textos digitais e algorítmicos. Nesse contexto, a literatura gerada por inteligência artificial emerge não como uma mera curiosidade tecnológica, mas como um novo objeto-suporte semiótico, cuja análise exige repensar categorias fundamentais da teoria literária, como autoria, intencionalidade, materialidade e produção de sentido. Com base em referenciais semióticos de Peirce (1998), Eco (1979) e Santaella (2020), demonstramos que os algoritmos não são simples instrumentos neutros, mas interfaces ativas de mediação semiótica, capazes de condicionar, orientar e até gerar significados, ainda que destituídos de consciência ou desejo estético.

Argumentamos que, diante desse novo regime textual, a educação literária não pode se furtar ao debate, tampouco adotar posturas binárias de rejeição tecnofóbica ou aceitação acrítica. Ao contrário, deve-se assumir uma postura rigorosamente crítica, capaz de desconstruir os mecanismos de funcionamento da IA, problematizar seus vieses, interrogar suas pretensões de neutralidade e explorar seu potencial como objeto de reflexão estética e ética. Nesse sentido, a semiótica revela-se como um campo teórico indispensável: ao focar nas condições de produção, circulação e interpretação dos signos em seus suportes, ela oferece as ferramentas conceituais necessárias para decifrar a complexidade dos textos híbridos que habitam a contemporaneidade (SANTAELLA,

2020, p. 89). Mais do que isso, a semiótica permite integrar a análise da linguagem verbal com as lógicas visuais, sonoras, corporais e algorítmicas, em consonância com a Competência 4 da BNCC (BRASIL, 2018), que exige do ensino o trabalho com a multimodalidade como condição para a cidadania plena.

Reafirmamos, portanto, que a literatura gerada por IA é legítima não por sua origem, mas por seus efeitos semióticos: ela produz sentidos, mobiliza leitores, provoca interpretações e, sobretudo, desestabiliza certezas hermenêuticas que sustentaram a crítica literária por séculos. Essa legitimação, contudo, não implica validação automática, mas problematização pedagógica. A sala de aula torna-se, assim, um espaço privilegiado para formar leitores capazes de distinguir, questionar e reconstruir os sentidos que circulam em ecossistemas informacionais cada vez mais automatizados e opacos.

Como desdobramentos para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar investigações sobre: (1) a acessibilidade de textos gerados por IA para Pessoas com Deficiência (PCD), especialmente no que diz respeito à geração automatizada de descrições em Libras, audiodescrição ou adaptações em braile; (2) o desenvolvimento de interfaces multimodais inclusivas que integrem literatura algorítmica, arte digital e tecnologias assistivas; (3) a análise crítica de modelos de linguagem treinados em línguas minoritadas ou regionais, como o português do Norte do Brasil, e seus impactos na diversidade cultural; e (4) a formulação de diretrizes curriculares para a formação docente em semiótica digital e ética da inteligência artificial. Tais caminhos não apenas ampliam o escopo da pesquisa em Letras, mas reafirmam seu compromisso com a justiça cognitiva, a inclusão e a democratização do saber em tempos de transformação tecnológica acelerada.

Referências

- BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução Mario Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1968].
- BISHOP, J. M. Artificial intelligence and the future of literature. **AI & Society**. Vol. 38, N. 2, p. 521–535, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

CHEN, M.; TWOREK, J.; SCHNABEL, J. et al. Evaluating large language models as literary co-authors. **ACM Transactions on Computer-Human Interaction**. Vol. 31, N. 1, p. 1–32, 2024.

CRAWFORD, K. **Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence**. New Haven: Yale University Press, 2021.

ECO, U. **A obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. Tradução Giannotti, J. A. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GROPPO, L. A. **Quadrinhos e semiótica: linguagem e narrativa em múltiplas mídias**. São Paulo: Annablume, 2021.

KITTLER, F. **Gramophone, Film, Typewriter**. Tradução Geoffrey Winthrop-Young; Michael Wutz. Stanford: Stanford University Press, 2014.

LIMA, E. S.; SOUZA, R. P. Do rap ao cânone: a literariedade em Sobrevivendo no Inferno. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 23, N. 3, p. 589–607, 2021.

LISIAS, R. **Inquérito policial. Família Tobias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LOPES, M. I. V. Formação docente e letramento semiótico na era digital. **Educação e Pesquisa**. Vol. 47, e217425, 2021.

MARTINS, L. P. O slam como prática performática e política na educação. **Revista Letrônica**. Vol. 12, N. 2, p. 145–168, 2019.

MURRAY, J. H. **Hamlet no holodeck: o futuro da narrativa nos meios digitais**. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. São Paulo: Itaú Cultural; Estação Liberdade, 2017.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: NYU Press, 2018.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Organização e tradução de José Luiz Fiorin. São Paulo: Perspectiva, 1998.

PEREIRA, A. M. Hibridismos discursivos e expansão do literário na contemporaneidade. **Signum: Revista Brasileira de Semiótica**. Vol. 13, N. 1, p. 78–93, 2020.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2010.

SANTAELLA, L. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2020.

SOARES, M. L. B.; SILVA, K. R. Formação docente em Letras: desafios para o ensino da multimodalidade. **Revista Linguagem & Ensino**. Vol. 25, N. 1, p. 210–232, 2022.